

Regulamento da Comissão de Ética no Uso de Animais (Regimento Interno)

TÍTULO I

Da Comissão

Art. 1º - A COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, doravante denominada CEUA-PUCRS, é órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e educativo vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regendo-se pela documentação oficial da Universidade, e tem como função primordial cumprir e fazer cumprir as normas e condutas para a utilização e criação de animais em atividades de pesquisa científica, ensino e extensão, no âmbito da Universidade, pronunciando-se, nos aspectos éticos, sobre todos os trabalhos referentes às atividades de pesquisa científica, ensino e extensão realizadas com animais não-humanos na PUCRS em acordo com a Lei no 11.794, de outubro de 2008, Decreto n. 6.899, de 15 de julho de 2009, e demais normas do CONCEA.

TÍTULO II

Das Atribuições

Art. 2º - Compete a CEUA-PUCRS:

- I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, o disposto na Lei no 11.794, de 2008, e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para ensino, pesquisa e extensão, especialmente nas resoluções do Conselho Nacional de Experimentação Animal (CONCEA);
- II - examinar previamente os protocolos experimentais ou pedagógicos aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica a serem realizados na instituição, para determinar sua compatibilidade com a legislação aplicável;



III - emitir, a respeito de projetos de pesquisa que envolvam animais, parecer consubstanciado, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do registro na secretaria da CEUA, identificando com clareza os documentos estudados e a data de revisão, devendo os pareceres se enquadrar em uma das seguintes categorias:

a. Aprovado.

b. Pendente: quando a comissão considera os procedimentos de ensino ou pesquisa como aceitáveis, porém identifica problemas no(s) mesmo(s) e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em 60 (sessenta) dias pelo(s) pesquisador(es). Transcorrido o prazo, o procedimento de pesquisa ou ensino será retirado e arquivado.

c. Não aprovado.

IV - acompanhar o desenvolvimento dos procedimentos de ensino, pesquisa e extensão previamente aprovados;

V - manter cadastro atualizado dos protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica realizados, ou em andamento, na instituição, enviando cópia ao CONCEA;

VI - manter cadastro dos pesquisadores e docentes que desenvolvam protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino e projetos de pesquisa científica, enviando cópia ao CONCEA;

VII - expedir, no âmbito de suas atribuições, certificados que se fizerem necessários perante órgãos de financiamento de pesquisa, periódicos científicos, CONCEA ou outras entidades ligadas ao objeto do Decreto 6.899/09;

VIII - notificar imediatamente ao CONCEA e às autoridades sanitárias a ocorrência de qualquer acidente com os animais nas instituições credenciadas, fornecendo informações que permitam ações saneadoras;

IX - estabelecer programas preventivos e de inspeção para garantir o funcionamento e a adequação das instalações sob sua responsabilidade, dentro dos padrões e normas definidas pelo CONCEA;

X - manter registro do acompanhamento individual de cada atividade ou projeto em desenvolvimento que envolva ensino ou pesquisa científica, realizados ou em andamento, na instituição, e dos pesquisadores que realizem procedimentos de ensino e pesquisa científica; e

§ 1º Constatado qualquer procedimento em descumprimento às disposições da Lei no 11.794, de 2008, na execução de atividade de ensino ou pesquisa científica, a respectiva CEUA determinará a paralisação de sua execução, até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 2º Quando se configurar a hipótese prevista no § 1º, a omissão da CEUA acarretará sanções à instituição, nos termos dos arts. 17 a 20 da Lei no 11.794, de 2008.

§ 3º As decisões proferidas pela CEUA-PUCRS cabe recurso, sem efeito suspensivo, ao CONCEA.

§ 4º Os membros da CEUA-PUCRS responderão pelos prejuízos que, por dolo, causarem às pesquisas ou ao desenvolvimento de protocolos relacionados à pesquisa científica em andamento.

§ 5º Os membros da CEUA-PUCRS estão obrigados a resguardar o segredo industrial, sob pena de responsabilidade.

XI - incentivar a utilização de métodos alternativos como modelos matemáticos, simulações computadorizadas, sistemas biológicos "in vitro" ou outros métodos adequados;

XII - estimular a reflexão e a atualização em torno da ética para o manuseio de animais orientando os pesquisadores sobre os procedimentos eticamente corretos



de ensino, pesquisa e extensão, bem como sobre as instalações necessárias para a manutenção dos animais de experimentação;

XIII - receber denúncias sobre abusos ou procedimentos com animais não previstos nos projetos de pesquisa, no planejamento das atividades de extensão ou nos planos de atividades de ensino, previamente aprovados;

XIV - zelar pela correta aplicação deste Regulamento e demais dispositivos legais pertinentes ao uso de animais na Universidade.

Título III

Da Constituição

Art. 3º - A CEUA-PUCRS é constituída, no mínimo, por 18 membros (9 titulares e respectivos suplentes) assim distribuídos:

I. seis membros (professores/ pesquisadores) das Unidades que utilizam animais na pesquisa e docência, preferencialmente com experiência no uso de animais em ensino e pesquisa.

a. Dentre os membros referidos acima deverá haver representantes com formação em Biologia, com respectivo suplente.

II. um membro da sociedade civil, vinculado a uma entidade legalmente constituída, que explicita em seus estatutos a preocupação com a vida animal, indicado pelo Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação, com respectivo suplente.

III. um membro indicado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação com formação em Veterinária com respectivo suplente.

IV. um membro da área jurídica, com respectivo suplente, indicado pelo Procurador Jurídico da Universidade, com destacada atividade profissional, e que tenha

reconhecida competência técnica e notório saber, de nível superior, preferencialmente pós-graduado.

Título IV

Dos Membros

Art. 4º - Os membros da CEUA-PUCRS, à exceção do membro da área jurídica, devem ser indicados pelos Decanos das Escolas e Diretores de Unidades, com nomeação do Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação para titular e suplente.

Art. 5º - O Coordenador e o Vice Coordenador da CEUA-PUCRS são escolhidos pelo Responsável Legal da Instituição, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida recondução por igual período.

Art. 6º - O membro suplente deverá substituir o membro efetivo quando este se afastar ou for afastado definitivamente da Comissão.

Art. 7º - Os membros da CEUA-PUCRS, cumprirão o mandato de 1(um) ano, sendo permitida recondução por igual período.

§ 10. Deverá ocorrer renovação mínima de 10% da Comissão a cada 3 (três) anos.

Art. 8º - A CEUA-PUCRS terá sempre caráter multiprofissional e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional. Deverá contar com consultor "ad hoc" e respectivo suplente, pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

Art. 9º - O membro da CEUA-PUCRS ausente em até três reuniões ordinárias consecutivas sem justificativa deverá ser substituído pelo suplente.

Art. 10º - No exercício de suas funções, os membros deverão ter total independência na tomada de decisões mantendo sob caráter confidencial as

informações recebidas, devendo isentar-se de envolvimento financeiro e não estar submetidos a conflitos de interesse.

Título V

Da Estrutura Administrativa

Art. 11º - A CEUA-PUCRS é constituída, administrativamente, por um Coordenador e um Vice Coordenador.

§ 1º. O Coordenador será assessorado administrativamente por um funcionário da Universidade.

§ 2º. O Vice Coordenador substituirá o Coordenador na sua ausência.

Art. 12º - Compete ao Coordenador:

- I - convocar e presidir as reuniões da CEUA-PUCRS.
- II - assinar todos os documentos oficiais emitidos pela CEUA-PUCRS.
- III - designar os relatores dos projetos de pesquisa recebidos.
- IV - coordenar todas as atividades da CEUA-PUCRS.

Art. 13º - Compete ao funcionário administrativo:

- I. secretariar todas as reuniões da CEUA-PUCRS.
- II. redigir as atas das reuniões.
- III. manter em dia as correspondências recebidas e enviadas pela Comissão, sob protocolo.
- IV. arquivar e manter, na sede da Comissão, os documentos confidenciais.
- V. auxiliar o Coordenador nas tarefas administrativas.

Art. 14º - A CEUA-PUCRS reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês por convocação de seu Coordenador e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Coordenador ou de um terço da Comissão, sendo suas decisões tomadas por consenso.

Título VI

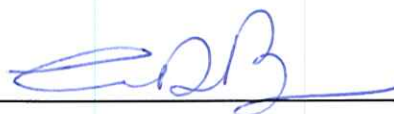
Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 15º - As reuniões da CEUA-PUCRS serão restritas aos membros em conformidade ao Art. 3º e sigilosas.

Art. 16º - É vedada a participação na reunião da CEUA-PUCRS da pessoa diretamente envolvida nos projetos em avaliação, a não ser quando convocada especialmente para prestar esclarecimentos para tais projetos.

Art. 17º - Os casos e situações omissos no presente Regulamento serão encaminhados, com parecer da CEUA-PUCRS, à Pró-Reitoria envolvida.

Art. 18º - Propostas de alteração do presente Regulamento deverão ser encaminhadas pela Comissão à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.



Profa. Dra. Carla Denise Bonan

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação